

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo 1 – A Sustentabilidade das Cidades</b> .....	5
1.1 A evolução do conceito de sustentabilidade.....	14
1.2 A sustentabilidade das cidades no cenário regulatório internacional..	17
1.3 As pandemias, guerras e revoluções como fatores determinantes na formação do território e no surgimento e crescimento das cidades brasileiras .....	23
1.4 A exploração dos recursos naturais e a produção industrial como fatores para a formação das cidades de acordo com os interesses econômicos.....	33
1.5 A sustentabilidade no ordenamento jurídico pátrio – o obrigatório diálogo das fontes.....	39
1.5.1. A Sustentabilidade na Constituição da República Federativa do Brasil .....	41
1.5.2. A Sustentabilidade na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente.....	43
1.5.3. A Sustentabilidade no Código de Defesa do Consumidor.....	44
1.5.4. A Sustentabilidade na Lei de Licitações e Contratações Públicas .....	45
1.5.5. A Sustentabilidade na Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos .....	46

1.5.6. A Sustentabilidade na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.....	47
1.5.7 A Sustentabilidade na Lei do Bioma da Mata Atlântica.....	49
1.5.8. A Sustentabilidade na Lei de Política Nacional do Saneamento Básico .....	52
1.5.9. A Sustentabilidade por meio da Lei n. 11.888/08 .....	54
1.5.10. A Sustentabilidade na Lei de Política Nacional sobre Mudanças Climáticas .....	55
1.5.10.1 A Sustentabilidade no Planejamento Urbano e a sua Importância Frente às Mudanças Climáticas.....	57
1.5.11 A Sustentabilidade na Política Nacional de Resíduos Sólidos ...	63
1.5.12. A Sustentabilidade na Lei de Mobilidade Urbana .....	63
1.5.13 A Sustentabilidade no Estatuto da Cidade e o Direito às Cidades Sustentáveis .....	64
1.5.13.1 As diretrizes da Política Urbana no Estatuto da Cidade...70	
1.5.14. A Sustentabilidade na Medida Provisória no Programa Casa Verde e Amarela.....	75
1.5.15 A Sustentabilidade na Lei do Parcelamento do Solo.....	77
1.5.16 A Sustentabilidade na Lei do Licenciamento Ambiental .....	77
1.5.17 A Sustentabilidade na Política Nacional de Interesse Social.....	78
1.6 As dimensões de sustentabilidade .....	79
1.6.1 A Dimensão Ambiental .....	80
1.6.2 A Dimensão Econômica .....	81

1.6.3 A Dimensão Ética.....	84
1.6.4 A Dimensão Jurídico-Política.....	88
1.6.5 A Dimensão Social.....	89
1.6.6 A Dimensão Tecnológica.....	94
1.7 A sustentabilidade como condicionante da política pública do ordenamento territorial.....	97
<b>Capítulo 2 – Os Aspectos Legais da Regularização Fundiária Urbana....</b>	<b>103</b>
2.1 O crescimento desordenado nas cidades informais .....	106
2.2 A normatização da regularização fundiária na lei n. 13.465/17... ..	114
2.2.1 Os Objetivos da REURB .....	116
2.2.2 A Caracterização do Núcleo Urbano Informal .....	118
2.2.3 As Espécies de REURB .....	121
2.2.4 O Procedimento de REURB .....	124
2.2.4.1 A Certidão de Regularização Fundiária.....	127
2.2.5 O Projeto de REURB .....	128
2.2.6 A Responsabilização Civil, Criminal e Administrativa .....	132
2.3 A regularização fundiária em área de preservação permanente....	138
2.3.1 O Conceito de Meio Ambiente e das Áreas de Preservação Permanente.....	142
2.3.2 Breve Histórico da Proteção Jurídica das Margens de Cursos de Água na Legislação Brasileira .....	144
2.3.3 A Aplicação do Código Florestal em Espaço Urbano.....	150

2.3.3.1. O suposto conflito da Lei do Parcelamento do Solo Urbano e o Código Florestal (art. 2º da Lei n. 4.771/65 – atual art. 4º da Lei n. 12.651/2012).....	150
2.3.4 As Exceções à Regra Geral de Vedação de Interferência nas APPs previstas no Código Florestal - Ênfase nas Margens dos Cursos de Água .....	158
2.3.5 A Lei 14.285/2021 e o possível efeito Cama de Procusto .....	163
2.3.5.1 A Lei 14.285/21 e a REURB em APP .....	169
2.3.5.2 A Existência de Norma Prévia Regulamentando o Uso do Solo .....	172
2.3.5.3 A Restrição de seus Efeitos à Área Demarcada como Efetivamente Consolidada Mediante Estudo Prévio de Identificação .....	173
2.3.6 O Estudo Técnico Socioambiental previsto no Código Florestal .....	175
2.3.7 A Identificação do Risco de Desastres nas Margens de Curso de Água na Área Objeto da REURB.....	179
2.3.7.1 As principais normativas e as políticas públicas que tangenciam o risco de desastres .....	183
2.3.7.2 O risco de desastres na REURB em APP.....	190
2.3.7.3 Identificação das áreas de risco de desastre e das medidas cabíveis para eliminar, corrigir ou administrar – requisito para a sustentabilidade da REURB.....	194
2.3.8 O Poder Legiferante Municipal .....	199
2.3.9 A Súmula 613 STJ: Não Aplicação da Teoria do Fato Consumado em Direito Ambiental – (In) Viabilidade da REURB em APP .....	203

**Capítulo 3 – A Regularização Fundiária Urbana nas Áreas de  
Preservação Permanente à Luz da Sustentabilidade ..... 209**

- 3.1 A autonomia municipal por meio de norma para fixar a espécie de reurb e os novos parâmetros legais sustentáveis - os elementos necessários .....212
- 3.2 Dever da administração pública em regularizar de forma sustentável – prudência na heurística e a necessidade do cumprimento dos requisitos legais: técnicos e procedimentais .....216
  - 3.2.1 A Criação de um Portal da Transparência da Regularização Fundiária Urbana ..... 220
- 3.3 O cronograma para a implantação da infraestrutura essencial, de equipamentos comunitários e de melhoria habitacional, de forma a garantir a dignidade da pessoa humana por meio da efetividade dos direitos sociais..... 220
- 3.4 O uso do geodireito (cartografia geotécnica como fonte do direito)...232
  - 3.4.1 A Aplicabilidade do SIG na atuação das Promotorias de Justiça.....237
    - 3.4.1.1 A Confrontação da Atividade do Empreendimento com a respectiva Identificação do Zoneamento por meio do uso do Sistema Municipal .....237
    - 3.4.1.2 A Análise do Projeto e do Estudo Técnico Socioambiental para fins de REURB em APP ..... 238
    - 3.4.1.3 O Uso do SIG para identificar o Marco Ocupacional do Núcleo Urbano Informal para fins de REURB e da Consolidação da Atividade Agrossilvipastoril em APP Rural .....239
    - 3.4.1.4 A Reserva Legal e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) ...240

3.4.1.5. O Parecer Extrajudicial em Registro de Parcelamento do Solo.....	241
3.4.1.6 A Definição da Divisa de Municípios.....	242
3.4.1.7 O Geoprocessamento e a Identificação de Construções Clandestinas em Desrespeito às Normas Ambientais e Urbanísticas.....	243
3.5 O geodireito – sistemas de informação geográficas.....	244
3.6 A necessidade da consolidação do núcleo urbano informal.....	246
3.7 A fixação de marco temporal ocupacional para caracterização do núcleo urbano informal consolidado e possibilitar a permanência.....	249
3.8 A obrigatoriedade do estudo técnico socioambiental – fixação dos limites mínimos de distância do curso de água e das medidas a serem adotadas para a melhoria da sustentabilidade.....	255
3.9 A análise do risco de desastre e as implantações de soluções técnicas eficazes.....	262
3.10 A assistência técnica pública e gratuita para projeto, reforma e regularização fundiária de interesse social .....	274
3.11 A sustentabilidade como diretriz vinculante para a coexistência da lei n. 13.465/17 e da súmula 613 do STJ.....	278
3.12 O exercício do poder de polícia e a atuação fiscalizatória nas ocupações ilegais.....	284
3.13 O uso correto dos institutos jurídicos.....	289
3.14 A necessidade de mudança comportamental da conduta do indivíduo, da sociedade, do setor empresarial e dos órgãos de representação de classe .....	291

3.14.1 Participação popular na tomada de decisões .....	294
3.15 A consensualidade e o estímulo a resolução extrajudicial de conflitos .....	297
3.16 A sistematização dos elementos e diretrizes de sustentabilidade para servir de vértice à REURB.....	301
3.17 A criação e estruturação de órgão ambiental capacitado nos municípios para as autorizações ambientais.....	304
3.18 Consideração das consequências práticas das decisões judiciais e administrativas e de controladoria .....	307
3.19 Outros elementos da sustentabilidade da REURB com base no ordenamento jurídico pátrio .....	309
<b>Capítulo 4 – A Atuação do Ministério Público para a Sustentabilidade da Regularização Fundiária Urbana em Áreas de Preservação Permanente.....</b>	<b>313</b>
4.1 O ministério público na defesa do meio ambiente urbano e seus instrumentos de atuação.....	314
4.1.1. O Inquérito Civil.....	319
4.1.2 O Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta....	320
4.1.2.1 A Inclusão de Cláusulas Para Garantir o Cumprimento das Obrigações – Imposição de Garantias Reais e Fidejussórias .....	324
4.1.2.2 A Comunicação às Certificadoras .....	326
4.1.2.3 A Fixação de Multa Pessoal .....	327
4.1.2.4 O Dever de Contratar Seguro.....	328

4.1.2.5 A Comunicação Periódica sobre o Cumprimento das Obrigações .....	331
4.1.2.6 O Negócio Jurídico Processual.....	332
4.1.3 O Procedimento Administrativo de Fiscalização do TAC ....	334
4.1.4 A Execução do TAC de acordo com o CPC .....	334
4.1.4.1 A Aplicação das Medidas para o Resultado Prático Equivalente ao Adimplemento – Providências Indutivas, Coercitivas ou Mandamentais .....	337
4.1.4.2 As Medidas Sub-rogoratórias.....	340
4.1.4.3 A Multa por Ato Atentatório à Dignidade da Justiça....	341
4.1.4.4 As Astreintes Fixadas pelo Magistrado.....	343
4.1.4.5 O Bloqueio de Verbas Públicas.....	345
4.2 A hermenêutica de equilíbrio e a atuação homeostática do ministério público à luz da sustentabilidade .....	346
4.3 O uso eficaz dos instrumentos jurídicos à disposição do MP para a sustentabilidade da REURB .....	354
4.3.1 As Medidas Para a Adequação do Exercício Regular do Poder de Polícia Administrativo: Fiscalização Municipal ....	355
4.3.2. Os Proponentes da REURB .....	357
4.3.3 Os Reflexos Cíveis e Criminais.....	358
4.3.4. A Instauração de Procedimento Administrativo para Acompanhamento da Política Pública da REURB.....	359
4.3.5 A Fiscalização da Efetividade da Política Pública da REURB por meio de Recomendação .....	363

4.3.6 O TAC Para a Promoção da REURB.....	367
4.3.7 A ACP para a Promoção da REURB .....	371
4.3.8 O Processo Estrutural.....	376
4.3.9 A Litigância e a Consensualidade Climática .....	382
4.3.10 A ACP em face de Projeto de Lei Municipal de REURB contrária à Legislação em vigor .....	393
4.3.11 ACP com pedido de Tutela de Evidência e os Efeitos dos Pedido Expresso previsto no art. 74 da Lei da REURB – Fundamento da Tutela de Evidência para o Reconhecimento Imediato em Decisão Judicial Específica que impeça a REURB .....	395
4.4 O reordenamento urbano e a melhoria ambiental como condicionante da transação penal, suspensão condicional do processo e do ANPP .....	397
4.4.1 A Relevância do Poder Geral de Cautela nas Investigações de Crimes Urbanísticos e Ambientais .....	400
4.5 A atuação sustentável por meio do uso de banco de dados e dos sistemas de informações geográficas .....	403
4.5.1 A Atuação do Ministério Público na Tutela do Direito Ambiental e Urbanístico por meio dos Sistemas de Informações Geográficas .....	407
4.5.1.1 A garantia constitucional de acesso aos bancos de dados e sistemas de informação geográfica pelo Ministério Públio para a defesa do meio ambiente .....	408
4.5.1.2 Os Sistemas de Geoprocessamento Corporativo do Municípios .....	411

4.6 Responsabilidade direta dos agentes públicos municipais, respeito ao urbanismo biomórfico e uso do geodireito – sistemas de informação geográficas .....	412
4.6.1 O Geodireito como Instrumento para a Construção da Justiça Territorial e Socioecológica.....	417
4.7 Os sistemas de informação geográfica à disposição do ministério público.....	423
4.7.1 O Portal do Promotor de Justiça - MP em Dados .....	424
4.7.2 O Centro de Apoio Operacional Técnico (CAT).....	425
4.7.3 Experiências da Geoinformação para a Justiça Territorial e Ecológica .....	428
4.8 O posicionamento do CSMP como diretriz de atuação.....	433
4.8.1 Precedentes do CSMP/MPSC e os reflexos dos Institutos de Justiça Penal Negocial no TAC.....	434
4.9 O plano geral de atuação do mp: a defesa da ordem ambiental-urbanística como prioridade da instituição .....	439
4.10 Os enunciados de delimitação de áreas de preservação permanente em núcleos urbanos informais consolidados do MPSC .....	440
4.11 Articulação para atuação em relação às mudanças climáticas .....	444
4.11.1 Da Ira dos Deuses ao Desafio Climático: uma Reflexão sobre Responsabilidade e Ação .....	447
4.12 A atuação do ministério público na política pública de prevenção do risco de desastres .....	449
4.13 Tabelas de conferência/check list reurb em APP .....	450

4.14 O MP como interlocutor dos setores envolvidos.....	451
4.14.1 Os Serviços e Meios de Acesso ao MP.....	452
4.14.2 As Audiências Públicas.....	452
4.14.3 Os Protocolos de Intenções e os Termos de Cooperação Técnica.....	453
4.14.4 A Mediação.....	456
4.15 O poder da comunicação - o efeito da mídia sobre o ordenamento urbano, os parcelamentos e as construções ilegais.....	457
4.15.1 A Comunicação Institucional do MPSC.....	458
4.15.2 A Comunicação Jornalística - Mídia Externa.....	460
<b>Capítulo 5 – Reflexões.....</b>	<b>465</b>
5.1 Do martírio de Sísifo ao suplício de Tântalo.....	465
5.2. Aforismos.....	469
5.3 A sustentabilidade é ... ..	473
5.3.1 A Sustentabilidade integrada é... ..	475
5.4 A terra é verde .....	477
5.5 O desenvolvimento sustentável e seus oximoros.....	480
5.6 A força das palavras - justiça territorial e socioecológica exigem as proparoxítonas.....	482
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>485</b>
<b>Glossário.....</b>	<b>493</b>
<b>Referências das Fontes Citadas.....</b>	<b>501</b>